

**Portugal Hoje**

Coordenação de Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato, 1995  
Instituto Nacional de Administração, Lisboa, 398 pp.

Este livro constitui uma abordagem multidisciplinar, na qual são motivo de reflexão temas como a demografia, os valores da sociedade portuguesa, a qualidade de vida, as instituições democráticas e a sociedade civil. Entre as duas dezenas de colaboradores encontramos nomes como o de Adriano Moreira, António Vitorino, Marçal Grilo, José Mariano Gago, Manuel Braga da Cruz e Ana Nunes de Almeida. Pretende-se com esta obra fazer um levantamento do Portugal contemporâneo nas suas mais diversas facetas, nomeadamente consagrando um capítulo exclusivamente à estratégia nacional na nova ordem mundial do pós-Guerra Fria. Contribuíram para esse fim Eduardo de Sousa Ferreira e Adriano Moreira, os quais representam duas perspectivas diferentes no modo de tratar o posicionamento externo de Portugal: no estudo de Sousa Ferreira, a necessidade de modernizar Portugal, na análise de Adriano Moreira, a preocupação com a constante perda de soberania, com os compromissos aceites decorrentes da integração europeia.

A modernização de Portugal e a exigência para nos inserirmos na economia mundial, foi e é a linha de força dominante na sociedade portuguesa, que levou ao processo de integração nas Comunidades Europeias. A internacionalização por essa via foi o meio encontrado para responder aos desafios, processo esse que apresenta um «elevado (...) grau de irreversibilidade». Todavia, de acordo com o crescente eurocepticismo, Sousa Ferreira destaca não ser positivo «apostar só na Europa, havendo toda a conveniência em imaginar um cenário intermédio (...), [sem que tal signifique] dizer não à opção europeia mas sim a possibilidade de não ter que se dizer não à vertente atlântica» (301). Por outras palavras, Sousa Ferreira entende que Portugal deve manter outras opções possíveis em aberto. Contudo, tal não deve querer dizer que essa linha impeça a optimização da participação portuguesa na União Europeia (UE): Portugal deve optar por uma posição que lhe permita estar no «grupo da frente» se possível, mas sem com isso perder espaço de manobra. Portugal deve procurar aderir à moeda única europeia, mas sem que isso implique destruir o seu aparelho produtivo. Portugal terá de maximizar os benefícios da sua inserção no espaço europeu e, paralelamente, procurar reduzir os custos dessa integração. Portugal deverá procurar beneficiar dos fundos de coesão e, ao mesmo tempo, não cair numa excessiva dependência do financiamento externo. Teremos de participar no processo de integração e, paralelamente, manter o espaço necessário ao nosso relacionamento com a comunidade de Estados de língua oficial portuguesa. Teremos, em suma, de coadunar os benefícios com as obrigações. A modernização da sociedade portuguesa exige-o. A internacionalização necessária para o processo de modernização permite-o.

Adriano Moreira aborda a formulação do conceito estratégico português para o pós-Guerra Fria, de uma perspectiva mais influenciada pela ciência política. Realçando a condição exógena portuguesa, Adriano Moreira salienta as limitações da política externa portuguesa, acentuadas pela crescente interdependência mundial contemporânea e, paralelamente, pela erradicação de zonas marginais no globo. A perda de espaço de manobra de Portugal tem levado a que a sua soberania seja posta em causa. Tal significa que o conceito estratégico encontrado após o 25 de Abril de 1974 «aponta no sentido de que o europeísmo condicione as opções e as capacidades de intervir autonomamente no resto do mundo» (312). Todavia, propostas alternativas a este conceito estratégico não existem no momento actual, quer em termos de formulação teórica, quer em termos de viabilidade, pelo que a delegação de soberania será um custo a suportar sabendo que os benefícios colhidos no momento superam de longe os custos a suportar. Tal não pretende negar, contudo, que a opção europeia adoptada, se, por um lado, permite vários benefícios, por outro lado, limita a acção política portuguesa, vinculada agora a respeitar os compromissos estabelecidos pelas instituições da UE. Destaca o autor ainda, a necessidade de rever as relações com o Brasil, necessitadas de maior atenção. Sem dúvida, mas tal terá de ser desejado por ambas as partes, sob pena de não ter êxito. Porém, os sinais recentes por parte do Brasil sugerem que a política externa brasileira dispensa passar por Lisboa, apesar de Portugal poder constituir uma porta de acesso à UE.